



POR UMA CIDADE ACTIVA, SAUDÁVEL E SOLIDÁRIA

Relatório do Grupo de Trabalho Desporto

Lisboa, 20 de Abril de 2005

1. Introdução

Num mundo em constante mutação, como acontece hoje em dia, quando se estuda e discute um conjunto de problemas relativos ao planeamento e à gestão urbana, é fundamental fazer-se uma referência ao **lazer** e à **qualidade de vida dos cidadãos**.

Neste sentido, é impensável uma abordagem a estes temas sem uma alusão às actividades físicas e desportivas, considerando que elas estão fortemente presentes em ambos os conceitos.

O Desporto é, actualmente, um **fenómeno social total**. Ele interage com a vida política, económica e sociocultural e a sua gestão tornou-se progressivamente complexa e os seus instrumentos diversificaram-se e multiplicaram-se.

As práticas desportivas são unanimemente reconhecidas como sendo fundamentais no desenvolvimento pessoal e social, na saúde, na educação, na cultura ou no turismo. O desporto pode ser, assim, um poderoso instrumento para o desenvolvimento local e a cidadania.

Todavia, a discussão dos problemas ligados ao desporto não pode ficar circunscrita, como é usual em muitos contextos, à discussão sobre o campeonato de futebol da 1ª Liga, à questão dos espaços e dos equipamentos (existentes e/ou potenciais) ou à realização de eventos (de maior ou menor dimensão, importância e mediatismo).

Devemos, decididamente, ir mais fundo no estudo e na reflexão sobre estas matérias visando, em primeiro lugar, a **definição de um modelo para o desporto em Lisboa**, que se ajuste às necessidades e motivações dos seus habitantes. Consideramos, mesmo, que a ausência de estudo e debate e sobre este tema tem sido, de há muito, um problema fulcral no insuficiente desenvolvimento desportivo de Lisboa.

Na história desportiva da cidade, nem sempre foi claro que houvesse **um pensamento estratégico** sobre este assunto, tal a opção frequente dos responsáveis políticos por este pelouro:

1. Em soluções de carácter tipicamente populista, como a construção em curso de seis piscinas, sem qualquer estudo prévio e rigoroso sobre a sua tipologia, localização e modelo de gestão;
2. Numa colagem a iniciativas avulsas, de qualidade discutível e sem repercussões objectivas na melhoria da prática;
3. Por fórmulas politicamente esgotadas, como a prioridade no apoio financeiro às colectividades – muitas das quais com pouca ou nenhuma actividade regular e capacidade organizativa – em detrimento, por exemplo, da construção planificada de infra-estruturas destinadas ao desporto e à recreação infantil, ou no aumento das competências, dos recursos e dos instrumentos de gestão das Juntas de Freguesia e da própria Câmara Municipal de Lisboa.

2. Caracterização sucinta da situação actual

Em termos gerais, apesar dos avanços consideráveis que o Desporto nacional conheceu nos últimos anos, podemos com facilidade identificar traços que o caracterizam. Em particular, alguns constrangimentos que têm impedido o seu desenvolvimento coerente e sustentado:

- Um baixo índice global de participação desportiva, com relevo para as mulheres, os mais jovens, os cidadãos com menores habilitações académicas e os que têm menores recursos financeiros;
- Uma frequente opção pelo abandono precoce da prática desportiva, por parte dos adolescentes e adultos;
- Uma grande dificuldade, manifestada pelo Sistema Desportivo no seu todo, em proporcionar um acesso aberto às actividades de formação desportiva;
- Uma sistemática falta de articulação entre os diferentes sub-sistemas do sistema desportivo, nomeadamente o desporto federado e o desporto escolar;
- Uma redução das actividades de iniciação e orientação desportivas, em favor de práticas selectivas nas competições institucionalizadas;
- Pouca participação associativa e diminuta renovação do dirigismo desportivo;
- Uma excessiva dependência do movimento associativo dos apoios financeiros do Estado;
- Descontinuidade das políticas para o desporto e sucessivas alterações dos seus responsáveis;
- Uma ausência de planeamento e rigor técnico na concepção e construção de numerosos equipamentos desportivos que, em muitos casos, correspondem a vultuosos investimentos financeiros da Administração Central, Regional ou Local.

2.1. Sobre os hábitos desportivos dos portugueses

A questão dos hábitos de prática desportiva dos portugueses é, seguramente, um dos aspectos mais preocupantes da vida desportiva nacional e não só, tendo em atenção o impacto na saúde pública que resulta da vida sedentária de uma parte muito significativa da população.

De acordo com dados da investigação na área dos hábitos desportivos da população portuguesa, no ano de 1998 (Marivoet, 2001), apenas 23% da população portuguesa entre os 15 e os 74 anos **afirma** ter uma actividade física regular, sendo a taxa de praticantes federados de apenas 4%.

Acontece que, os dados acima referidos foram confirmados por um estudo promovido pela Comissão Europeia, publicado em Novembro de 2004 (Eurobarometer 213), no qual se afirma que, em termos de prática desportiva, **Portugal é o pior país no conjunto dos 25 da UE**. Isto, considerando entre outros resultados, que os cidadãos maioritariamente (73%) afirmam que praticam

desporto **poucas vezes ou nunca** (v. Figura 1) e que 66% dos cidadãos afirmam mesmo que **nunca praticam desporto** (v. Figura 2).

Devemos ainda assinalar que, comparativamente aos dados de idêntico estudo levado a efeito no ano de 2003 (Eurobarometer 197), a situação no nosso País registou um progresso muito escasso nalguns indicadores mas, por exemplo, no caso das pessoas que responderam que **praticam desporto com pouca frequência, ou nunca praticam**, houve um agravamento na ordem dos 3% em 2004 - justamente o **Ano Europeu da Educação pelo Desporto...**

Q48.How often do you exercise or play sport?						
	3 times a week or more	1 to 2 times a week	at least once a week	1 to 3 times a month	Less often / Never/DK	
European Union	17%	21%	38%	11%	53%	EU25 (2004)
	+2	+1	+3	-3	-1	EU15 (2003)
Belgium	19%	24%	43%	9%	49%	
	+7	+3	+10	-1	-9	
Denmark	28%	32%	60%	10%	31%	
	+2	+5	+7	+1	-7	
Germany	14%	25%	39%	8%	53%	
	+2	+5	+7	-5	-1	
Greece	16%	10%	26%	6%	68%	
	+6	+1	+7	+1	-8	
Spain	21%	16%	37%	7%	57%	
	+3	0	+4	-3	-3	
France	19%	24%	43%	10%	46%	
	+9	+2	+11	-3	-10	
Ireland	28%	25%	53%	7%	40%	
	+6	0	+6	-2	-4	
Italy	9%	18%	27%	6%	67%	
	-4	0	-4	-4	+8	
Luxemburg	18%	25%	43%	6%	52%	
	+1	+4	+5	-4	+0	
The Netherlands	17%	35%	52%	7%	41%	
	+2	+7	+9	0	-9	
Austria	12%	22%	34%	11%	55%	
	+1	+2	-1	-4	+4	
Portugal	8%	14%	22%	5%	73%	
	-1	+1	0	-3	+3	
Finland	45%	31%	76%	9%	15%	
	+8	-3	+5	-3	-3	
Sweden	40%	32%	72%	9%	18%	
	-3	-1	+2	-4	+1	
United Kingdom	23%	22%	45%	10%	45%	
	+2	+1	+3	0	-4	
	A	B	A+B			

2004 Results Comparison with 2003

Figura 1: Frequência da prática desportiva (resposta global)

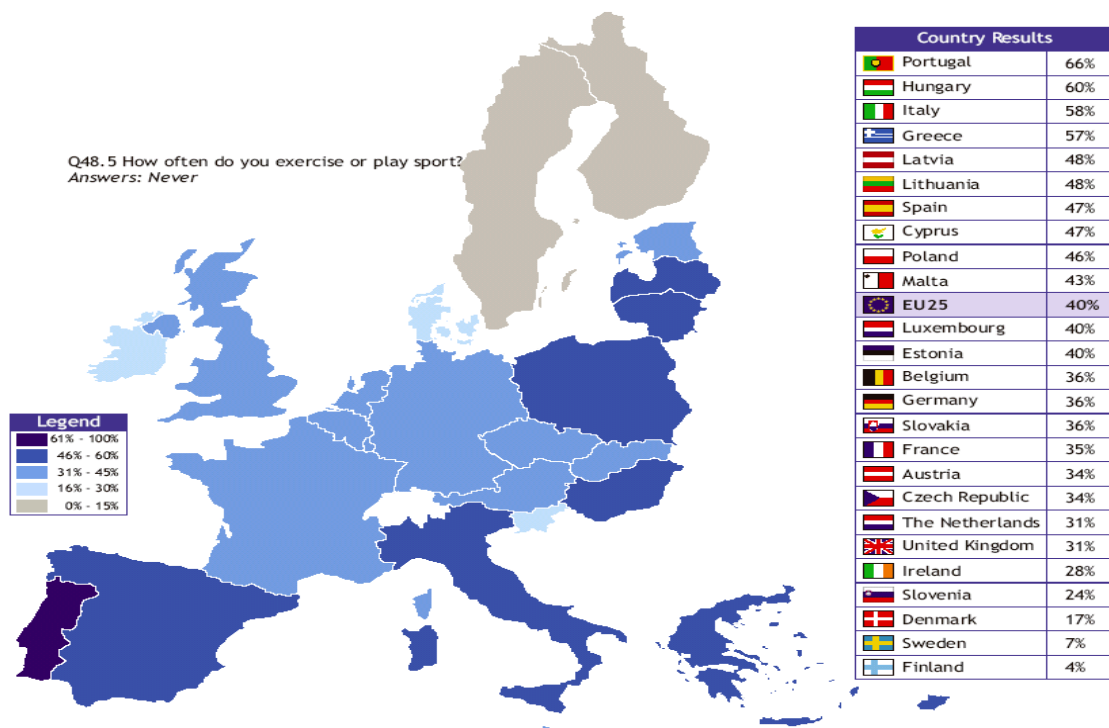


Figura 2: Frequência da prática desportiva (resposta: nunca)

O impacto científico e tecnológico está a provocar grandes mudanças civilizacionais e perturbações na vida quotidiana e, conseqüentemente, na própria organização e gestão do trabalho e do lazer. De acordo com os dados de Marivoet (2001), o desporto era em 1998 a 5ª escolha em termos de ocupação do tempo livre dos portugueses dos 15-74 anos (17%), em comparação com o ver TV (66%), passear com a família/amigos (37%), ler (22%), ir ao café, discotecas, refeições fora (21%), hobbies (14%), ver desporto (12%), ir ao cinema (9%) e ver espectáculos/eventos culturais (5%).

Todavia, esta situação pode estar a alterar-se de forma muito significativa e de um modo muito rápido, analisando os dados do Eurobarometer 197 sobre o desporto (2003) em que as respostas dos cidadãos inquiridos dos 15 países que então constituíam a EU, eram: ver TV (88%), internet (19%), desporto (15%), jogos vídeo (6%) e actividades culturais (4%).

Esta realidade, de crescente sedentarismo entre a população - independentemente da idade ou do género - é extremamente preocupante em termos de saúde pública, considerando que todos os dados científicos apontam que, sendo o cancro e as doenças cardiovasculares as principais causas de mortalidade entre a população adulta ocidental, a actividade física regular reduz de forma evidente a taxa de mortalidade (U.S. Department of Health and Human Services, 1996).

Vivemos, portanto, uma situação de verdadeira epidemia, em particular entre as crianças e os jovens, na medida em que estão a ficar progressivamente obesos e

com menor capacidade física, como uma consequência de um estilo de vida sedentário e da falta de exercício físico (Brettschneider & Naul, 2004).

Porém, as respostas a estes problemas, mormente para uma mudança comportamental dos portugueses no que respeita à aquisição de um estilo de vida activa e saudável, não têm sido encontradas exclusivamente nos Sistemas Desportivo e Educativo.

Em muitas autarquias locais regista-se, com agrado, que há um número crescente de projectos e actividades que visam a ligação entre o desporto e a saúde. Todavia, há uma clara descoordenação de esforços e recursos neste campo, pelo que os resultados, em termos do impacto a nível nacional destas iniciativas, ficam muito aquém do que seria possível e desejável.

Consideramos que têm perdurado, ao longo de muitos anos, a duplicação de intervenções e ambiguidades relativas à missão e vocação de cada componente dos sistemas desportivo e educativo.

Assim, desde a intervenção da Administração Pública Desportiva ao Comité Olímpico de Portugal, passando pela Confederação do Desporto de Portugal, Federações Desportivas, Autarquias Locais e escolas, é fundamental uma clarificação das funções que competem a cada estrutura, como uma via para se estabelecerem quais as grandes finalidades das políticas desportivas (nacionais e locais), os objectivos, as metas e as estratégias para as alcançar.

Não é possível pensar isolada ou casuisticamente, sem um **planeamento estratégico**, seja na Administração Pública, no sistema desportivo federado (Federações, Associações e Clubes) ou no sistema educativo (Escolas) e sem se ter em conta a importância e as competências das Autarquias Locais. Consideramos que os referidos sistemas não se substituem, mas devem procurar uma articulação e uma complementaridade com os órgãos do Poder Local.

Importa, pois, para prevenir e remediar todo um conjunto de problemas sociais, seja no domínio da saúde ou no acompanhamento dos jovens em risco (ou já com comportamentos desviantes), a harmonização das políticas a nível nacional e local, nomeadamente nas áreas do desporto, da educação, da saúde, do ambiente e do urbanismo.

2.2. A situação em Lisboa

2.2.1. A demografia

A abordagem dos problemas relacionados com uma política desportiva para Lisboa deve começar por uma análise demográfica, como o elemento-chave de qualquer plano ou programa de intervenção na cultura desportiva da população.

Deste modo, em traços gerais e, de acordo com os dados do Censos 2001, para uma população total em Lisboa de 564.657 habitantes, verifica-se que 54,3% é do sexo feminino e, relativamente aos escalões etários, constata-se que:

- 11,6% da população tem entre 0 e 14 anos;
- 12,7% da população tem entre 15 e 24 anos;

- 52,0% da população tem entre 25 e 64 anos;
- 23,0% da população tem 65 ou mais anos.

Deste modo, numa cidade caracterizada genericamente por ter muitos adultos e poucas crianças e jovens (75,0% dos habitantes tem mais de 25 anos), assinala-se ainda o facto de a população ter decrescido 15,0% relativamente aos últimos indicadores.

2.2.2. O associativismo

No plano do associativismo, a situação que se apresenta no **Quadro 1** procura caracterizar alguns aspectos quantitativos. Neste caso, a evolução do número de cidadãos eleitores (dados mais actuais do que o Censos 2001), relacionando-a com o número de clubes existente na cidade.

O resultado apenas confirma as tendências observadas noutras fontes (e.g., Instituto Nacional do Desporto), ou seja, o decréscimo populacional de Lisboa e a constatação que há um número habitantes/clube superior à média nacional (em 2001 era de 942 habitantes/clube).

ZONAS	Freguesias	Clubes (N=)	Clubes (%)	Eleitores 2000 (N=)	Eleitores 2003 (N=)	Eleitores 2003 (%)	Taxa de crescimento	Eleitores/ Clube
Centro	19	57	16,3%	53.992	47.542	8,6%	-11,9%	834
Norte	12	104	29,7%	206.748	198.296	36,1%	-4,1%	1.907
Ocidental	11	95	27,1%	132.555	121.021	22,0%	-8,7%	1.274
Oriental	11	94	26,9%	196.613	182.800	33,3%	-7,0%	1.945
TOTAL	53	350	100,0%	589.908	549.659	100,0%	-6,8%	1.570

Quadro 1: A vida associativa lisboeta

Assim, de um modo genérico, podemos afirmar que a vida associativa da cidade e do próprio distrito de Lisboa caracteriza-se pela sua riqueza e diversidade - embora o número de clubes não seja tão expressivo como o que se regista, por exemplo, no Porto. Deste modo, segundo dados do Instituto Nacional do Desporto (2001), o distrito do Porto regista 2.178 clubes (799 habitantes/clube) e o distrito de Lisboa 1.346 (1.526 habitantes/clube).

Porém, há dificuldades crescentes no tecido associativo, para os quais não têm sido encontrados, a nível autárquico, os estímulos e os apoios necessários.

O trabalho meritório, desde sempre, do associativismo desportivo de Lisboa exige dos responsáveis autárquicos uma particular atenção e um apoio, na justa medida das suas necessidades e projectos de desenvolvimento. Não é possível pensar-se

em **mais e melhor desporto para Lisboa** sem a participação dos clubes e colectividades e dos seus dirigentes e técnicos.

2.2.3. As infra-estruturas desportivas

Na generalidade dos países de há muito que se adopta o critério, recomendado pela Unesco e pelo Conselho da Europa, de haver um índice de área desportiva útil (ADU) por habitante de 4,0 m². Este índice, também corresponde em Portugal às normas MTAP/GETAP, como uma base para a previsão de equipamentos desportivos.

Partindo do valor acima indicado, em termos da repartição por tipologias, devemos assinalar que:

- 95,0% das áreas devem destinar-se às actividades ao ar livre;
- 2,0 a 2,5% para salas de desporto;
- 1,5% para piscinas (cobertas e descobertas).

Apesar de, no plano desportivo, haver um vasto conjunto de problemas na cidade de Lisboa – do modelo organizacional à própria dinâmica associativa – a área das infra-estruturas será, provavelmente, aquela que apresenta maiores dificuldades de desenvolvimento relativamente ao índice de referência de 4,0 m² e aos correspondentes recursos necessários para a sua concretização, a curto e médio prazo.

Deste modo, para um total de 564.657 habitantes recenseados em Lisboa, o quadro era, até há pouco tempo, de 1.134.531 m² de área desportiva útil, a que correspondiam 2,0 m² de ADU por habitante, dos quais na:

- Área Central: 30.621 m² de ADU (0,49 m²/habitante)
- Charneira Urbana: 294.940 m² de ADU (1,61 m²/habitante)
- Coroa de Transição: 799.970 m² de ADU (2,51 m²/habitante), o que significa um índice superior à média da cidade

Sendo o movimento associativo e os estabelecimento de educação e ensino os grupos com maior número de infra-estruturas desportivas devemos, porém, assinalar que as instalações desportivas municipais representam 7,8% do total de infra-estruturas desportivas, a que corresponde 6,2% de ADU total.

O Plano Estratégico de Lisboa (1990) ao apontar os referidos 4,0 m² como um objectivo de trabalho para 2010 – tendo como referência a mesma população de 2001 – isso implica um total de ADU de 1.353.307,2 m², que se traduzirá num enorme esforço financeiro e na exigência de um grande rigor na previsão e implantação dos equipamentos desportivos.

3. A política desportiva da cidade

O que se passa com o actual executivo camarário, é justamente o contrário do que deve ser uma política coerente, coordenada e participada em matéria desportiva autárquica.

Uma política desportiva da cidade é inadequada se não for **integrada** - porque deve abranger todas as dimensões relevantes deste poderoso fenómeno sociocultural - e **integradora** - porque deve contribuir para a inclusão social de todos os habitantes de Lisboa. Mas estes, como se sabe, nunca foram os caminhos do actual executivo camarário.

As sucessivas alterações de responsáveis políticos, a quase destruição dos serviços, a anulação de muitas actividades de inegável interesse e tradição (como os Jogos de Lisboa) o desconhecimento público de qualquer orientação programática sobre o desporto municipal e a deficiente coordenação e frequentes contradições nas políticas sectoriais, são uma clara demonstração que há nos responsáveis camarários uma completa ausência de ideias sobre o que deve ser o presente e o futuro do desporto em Lisboa.

Em resumo, por parte dos responsáveis políticos pela CML tem sido nítida a ausência de uma perspectiva cultural sobre o fenómeno desportivo e a sua influência na vida da cidade.

É contra esta maneira de fazer política, de modo errático, numa verdadeira navegação "ao sabor do vento", que devemos reagir e mobilizar os autarcas, o movimento desportivo e, de um modo geral, todos os cidadãos, para uma outra política com outros protagonistas.

É necessário e urgente, em suma, uma **Política Municipal de Desporto**.

Precisamos, por tudo isto, de um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal** que incorpore, por um lado, as preocupações do movimento associativo desportivo mas que, por outro lado, tenha em consideração que num município como o lisboeta - com uma grande dimensão em termos de espaço e uma enorme complexidade de problemas - deve existir, não só uma descentralização de responsabilidades mas também um empenhamento para que as Juntas de Freguesia obtenham um reforço do seu papel neste campo, como uma estratégia adequada para que o desporto em Lisboa seja mais eficaz e tenha melhor qualidade.

4. Eixos de uma nova política desportiva para a cidade

Conforme fomos referindo ao longo deste Relatório, não sendo do nosso agrado a situação a que se chegou no domínio das actividades físicas e desportivas em Lisboa, torna-se urgente a definição de uma nova política desportiva para a cidade.

Deste modo, devemos considerar, em primeiro lugar, o **cidadão** como o eixo central das nossas preocupações (como actual ou potencial praticante). E este conceito, não sendo um mero *slogan* político, faz com que, na nossa perspectiva, todos os planos, projectos e actividades decorram justamente da necessidade que as actividades físicas e desportivas sejam acessíveis a todos os cidadãos, independentemente do seu escalão etário, sexo ou condição sócio-económica.

Não entendemos o Desporto como uma mera ferramenta de propaganda política, como acontece normalmente com os governos e os políticos de direita, mas como um Direito dos cidadãos, que os responsáveis governamentais e autárquicos tudo devem fazer para concretizar, respeitando o princípio da equidade e combatendo todas as formas de exclusão.

Em termos gerais, consideramos que deve ser:

- Reforçada e ampliada a **vida associativa**, tendo em atenção as suas necessidades e preocupações;
- Estimulado e apoiado o voluntariado, nomeadamente com a criação do **Estatuto do Dirigente Desportivo de Lisboa**;
- Articulada e complementada a política desportiva da CML com a de outras entidades e sectores, em particular os **sistemas educativo e desportivo, o ambiente, o urbanismo e o turismo**;
- Promovido o envolvimento de entidades diversas, no **planeamento, acompanhamento e avaliação da política desportiva autárquica**;
- Desenvolvida uma **cooperação institucional**, numa base formal, regular e contínua, entre os diferentes parceiros do movimento desportivo lisboeta;
- Aumentada a qualidade das práticas e diversificada a oferta desportiva para os cidadãos, nomeadamente com a criação e desenvolvimento de um **Programa de Desporto para Todos**, que tenha em atenção os diferentes públicos-alvo e as constantes mudanças na procura desportiva, como por exemplo:
 - O desporto feminino;
 - As actividades físicas e desportivas para a população adulta e para a 3ª idade;
 - As actividades desportivas para imigrantes, minorias étnicas e refugiados;
 - O desporto para deficientes;

- As actividades desportivas para zonas habitacionais e grupos “de risco”.
- Concretizada uma política integrada ao nível da **construção e gestão de infra-estruturas desportivas**, multifuncionais e flexíveis, na perspectiva da sua plena utilização mas que tenha, igualmente, em atenção a utilização informal dos espaços públicos (jardins, zonas verdes, planos de água);
- Favorecido o desenvolvimento de **actividades desportivas formais e não-formais**;
- Promovido o desenvolvimento de programas e projectos de ligação entre as actividades desportivas e a **educação e defesa ambiental**, em especial com a criação de circuitos pedonais, ciclovias, actividades em parques e jardins, paredes de escalada e actividades náuticas;
- Extinto todo um conjunto de barreiras políticas, legais e administrativas que impedem um acesso fácil dos cidadãos ao rio Tejo, que resulte na criação de espaços específicos e na **promoção de actividades físicas e desportivas na zona ribeirinha**;
- Adoptado um conjunto de procedimentos e instrumentos de comunicação modernos, a par da criação de **redes operacionais** entre todos os níveis, estruturas e entidades participantes no movimento desportivo da cidade;
- Concretizada uma **política urbanística** que tenha respeito pela necessidade de equipamentos desportivos em qualidade e quantidade;
- Apoiada a organização e promoção de **eventos desportivos** de prestígio e de indiscutível interesse nos planos municipal, regional e nacional;
- Incentivada a procura de **soluções originais e criativas** em todos os níveis, escalões e estruturas de enquadramento das práticas desportivas e recreativas;
- Adoptada uma política de apoio regular e sistemático ao **movimento associativo**, que incluirá o apoio:
 - Na modernização administrativa;
 - No plano técnico (elaboração de planos e relatórios de actividades, disponibilização de técnicos desportivos, etc.);
 - No plano médico-desportivo;
 - No domínio das infra-estruturas e apetrechamento;
 - Na realização das actividades.

Pretende-se igualmente que, na gestão das actividades desportivas elas tenham cada vez maior qualidade, pelo que devem ser criados e aplicados sistematicamente instrumentos para medir a sua eficácia.

Alguns aspectos mais operacionais devem, no entanto, ser desde já considerados, no sentido de traduzirem, na prática, um projecto político que acreditamos ser necessário para Lisboa.

Deste modo temos, nos planos estratégico e de enquadramento e apoio das actividades:

- A elaboração de um **Plano Estratégico** para o Desporto de Lisboa;
- A criação do **Instituto Municipal do Desporto de Lisboa**, em substituição dos actuais serviços, como uma estrutura fundamental no enquadramento e apoio, na promoção, dinamização e avaliação do desporto na cidade.
- A criação do **Conselho Desportivo Municipal**;
- A criação, em parceria com uma instituição universitária, do **Observatório do Desporto de Lisboa**;
- O **Fórum dos Clubes Desportivos** (com periodicidade a definir com o movimento associativo);
- A criação de uma **rede de formação desportiva**, em articulação com as escolas, os clubes e associações de modalidade:
 - Escolas de Desporto (estágios desportivos em períodos de férias escolares)
 - Centros de Iniciação Desportiva;
 - Centros de Aperfeiçoamento Desportivo (por modalidade)
 - Centros de Animação Desportiva (no sector do Desporto para Todos)
- O apoio à formação de dirigentes desportivos e quadros técnicos, em parceria com uma instituição universitária;
- A elaboração de um plano específico na área da documentação e informação, que incluirá:
 - O **Guia do Desporto de Lisboa**;
 - O apoio documental às actividades e à formação de agentes desportivos, em áreas diversas como a promoção do fair play/espírito desportivo ou a metodologia e didácticas das actividades desportivas infanto-juvenis;
 - A utilização da *internet* como um suporte fundamental na promoção e organização das actividades.
- A descentralização de responsabilidade e tarefas, nomeadamente um novo papel para as **Juntas de Freguesia**;
- A reactivação dos **Jogos de Lisboa**, reformulando a sua estratégia de funcionamento e envolvendo na sua organização as escolas, os clubes e as Juntas de Freguesia;
- O desenvolvimento de um **Programa Especial de Infra-Estruturas Desportivas** que inclua - nas obras e intervenções – novas construções e remodelações e ampliações dos equipamentos existentes;
- A elaboração da **Carta Desportiva de Lisboa**, com uma actualização permanente e coordenada com as cartas educativa e de turismo e lazer.

5. Conclusões

No início deste relatório procurámos caracterizar globalmente a situação desportiva nacional porque, no essencial, consideramos que ela não difere substancialmente da que ocorre em Lisboa. Nalguns aspectos, o desporto lisboeta estará melhor do que a média nacional (caso do número de praticantes desportivos federados) mas, noutros casos, será bem pior (como sucede nos equipamentos destinados às práticas desportivas).

Porém, no decurso do trabalho, confrontámo-nos amiúde com a extrema dificuldade em obtermos dados actuais e fiáveis sobre a situação na cidade, pelo que optámos, nalguns casos, por fazer inferências para o caso de Lisboa a partir dos dados nacionais e europeus sobre a matéria desportiva. Noutros casos, houve a oportunidade de acedermos a fontes credíveis¹, que permitiram uma análise mais específica e profunda.

Acreditamos que as actividades físicas e desportivas poderão ser um instrumento para uma transformação profunda da vida na cidade, naquilo que referenciámos como sendo o **objectivo nuclear** do nosso trabalho. Isto é, fazemos um convite e lançamos um desafio a muitos cidadãos e instituições, para que Lisboa seja **UMA CIDADE ACTIVA, SAUDÁVEL E SOLIDÁRIA**, onde haja qualidade de vida e segurança.

No respeitante ao papel que a CML pode desempenhar no desporto na cidade, entendemos que ele é fundamental na promoção das práticas desportivas, nos planos quantitativo (crescimento) e qualitativo (desenvolvimento) estabelecendo, a nível local, pontes e compromissos entre diversas entidades públicas, privadas e associativas.

Normalmente, tudo o que de bom ou de mau ocorre na gestão de Lisboa tem reflexos na vida dos restantes municípios e no próprio País. Assim, neste caso concreto, Lisboa não pode deixar de ser uma referência autárquica em termos de modelo conceptual, planeamento e organização – o que não tem acontecido até este momento na área das actividades físicas, desportivas e recreativas.

Consideramos, deste modo, que a CML deve ser o **grande motor da realização de actividades físicas e desportivas na cidade e na própria área metropolitana**. Mas que, posteriormente, aquando do seu arranque e consolidação, poderá delegar essa responsabilidade nas estruturas associativas disponibilizando, sempre que possível, os recursos indispensáveis para esse efeito.

Pugnamos, em suma, pela construção de uma cidade moderna, humanista, onde valha a pena viver e trabalhar.

Não temos qualquer dúvida na importância e necessidade de um projecto político com estas características, em que o **Desporto**, com os seus projectos e actividades, deixe de ser considerado isoladamente, mas que constitua uma parte – importante, é certo - de um todo coerente que inclua outras áreas e sectores

¹ Serviços de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa e Instituto Nacional do Desporto (actual Instituto do Desporto de Portugal)

como a educação, a juventude, a saúde, o ambiente e espaços verdes, a habitação e o urbanismo ou o turismo.

Vale a pena esta luta e este esforço por Lisboa!

Referências Bibliográficas

Brettschneider, W.-D. & Naul, R. (2004). *Study on young people's lifestyles and sedentariness and the role of sport in the context of education and as a means of restoring the balance: Final report*. Paderborn: University of Paderborn [Book on-line]. Retired February 1, 2005 from the World Wide Web:

<http://europa.eu.int/comm/sport/documents/lotpaderborn.pdf>

Commission Européenne (2003). *Eurobaromètre Spécial 197: Les Citoyens de L'Union Européenne et le Sport*. Bruxelles: Commission Européenne [Book on-line]. Retired February 1, 2005 from the World Wide Web:

http://europa.eu.int/comm/public_opinion/archives/ebs/ebs_197_sport_fr.pdf

European Commission (2003). *Special Eurobarometer 183-6: Physical Activity*. Brussels: European Commission [Book on-line]. Retired February 1, 2005 from the World Wide Web:

http://europa.eu.int/comm/public_opinion/archives/ebs/ebs_183_6_en.pdf

European Commission (2004). *Special Eurobarometer 213: The Citizens of the European Union and Sport*. Brussels: European Commission [Book on-line]. Retired February 1, 2005 from the World Wide Web:

http://europa.eu.int/comm/public_opinion/archives/ebs/ebs_213_report_en.pdf

Marivoet, S. (2001). *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Juventude e Desporto – Centro de Estudos e Formação Desportiva.

U.S. Department of Health and Human Services (1996). *Physical Activity and Health: A Report of the Surgeon General*. Atlanta, GA: U.S. Department of Health and Human Services, Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion [Book on-line]. Retired October 6, 1997 from the World Wide Web:

<http://www.cdc.gov/nccdphp/sgr/sgr.htm>

Índice Geral

1. Introdução.....	2
2. Caracterização sucinta da situação actual	3
2.1. Sobre os hábitos desportivos dos portugueses	3
2.2. A situação em Lisboa	6
2.2.1. A demografia	6
2.2.2. O associativismo	7
2.2.3. As infra-estruturas desportivas	8
3. A política desportiva da cidade	9
4. Eixos de uma nova política desportiva para a cidade	10
5. Conclusões	13
Referências Bibliográficas.....	15
Índice Geral.....	16
Índice de Quadros.....	16
Índice de Figuras	16
Grupo de Trabalho sobre o Desporto em Lisboa.....	17
Relator	17
Membros.....	17

Índice de Quadros

Quadro 1: A vida associativa lisboeta	7
---	---

Índice de Figuras

Figura 1: Frequência da prática desportiva (resposta global).....	4
Figura 2: Frequência da prática desportiva (resposta: nunca)	5

Grupo de Trabalho sobre o Desporto em Lisboa

Relator

Manuel Brito

Membros

Carlos Correia

Gabriel Mendes

João Luís Valente Pires

José Roque Alexandre

Mário Guimarães

Mário Paiva